

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº/XIV/2ª

GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL DE SERPA

Em 2014, o Governo PSD/CDS decidiu entregar vários hospitais do Serviço Nacional de Saúde à gestão de entidades externas ao SNS, por exemplo as Santas Casas da Misericórdia. Um desses hospitais foi o Hospital de São Paulo, em Serpa, que no dia 1 de janeiro de 2015 passou a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Serpa.

A entrega do hospital aconteceu depois de o Governo de então ter esvaziado a capacidade assistencial desta unidade (apenas como exemplo: o hospital ficou sem bloco operatório porque a tutela decidiu não contratar médicos para substituir os dois cirurgiões que saíram do serviço, transferiu várias especialidades para Beja, encerrou o laboratório e tornou o raio-x inoperacional, etc.) para depois dizer, no *Estudo de avaliação das necessidades de procura e da capacidade instalada nos serviços públicos da região* que constava em anexo ao chamado Acordo de Cooperação que, afinal, a capacidade do hospital de Serpa estava subaproveitada e, por isso, a sua gestão deveria ser entregue à Misericórdia local.

A nova entidade gestora deveria garantir, entre outras coisas, o funcionamento de um serviço de urgência básico 24 horas por dia, a cirurgia de ambulatório e um volume de 9300 consultas por ano.

Acontece que, como aconteceu noutros casos em que hospitais do SNS foram entregues a entidades semelhantes, os serviços e a assistência prestada ficaram muito aquém das necessidades da população e, no caso específico de Serpa, a situação ficou ainda marcada por um litígio crescente com a Unidade Local de Saúde e com ameaças reiteradas de encerramento de serviços que objetivamente prejudicariam a população.

Em 2017 a Misericórdia local chegou mesmo a anunciar a denúncia do contrato e a tentar encerrar o serviço de urgência, coisa que só não aconteceu por causa da mobilização da população. A partir de 2020, a ameaça repetiu-se e a partir do 1 de outubro o Serviço de Urgência, no período entre as 0 e as 8 horas, passou a estar de porta fechada, funcionando mediante campainha. Já em 2021 o serviço de urgência esteve totalmente encerrado durante vários dias.

Esta instabilidade em que foi lançado o Hospital de Serpa, assim como a constante ameaça sobre o serviço de urgências e sobre a prestação de cuidados à população são inconcebíveis.

O Bloco de Esquerda tem defendido que as instituições do SNS devem ter gestão pública e não devem ser entregues a outras entidades; temos defendido ainda a reversão dos processos de entrega efetuados entre 2014 e 2015, proposta que já chegamos a apresentar na Assembleia da República, nomeadamente sobre o hospital de Serpa.

Perante esta situação e perante a audição parlamentar do presidente da ARS Alentejo, onde se confirmou que o hospital de Serpa não cumpriu com a assistência que teria sido inicialmente contratualizada e em que ficaram dúvidas sobre a real dotação de profissionais no serviço de urgência deste hospital, resulta cada vez mais claro que a entrega deste e de outros hospitais às Misericórdias só prejudicaram o SNS e a população.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Reverta a entrega do Hospital de Serpa à Santa Casa da Misericórdia local e torne a sua gestão pública;
2. Garanta o regular funcionamento da urgência deste hospital e invista no hospital de forma a aumentar o número de consultas, exames e cirurgias, melhorando os cuidados e aproximando-os da população.

Assembleia da República, 15 de julho de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira; Pedro Filipe Soares; Jorge Costa; Mariana Mortágua; Alexandra Vieira;
Beatriz Dias; Diana Santos; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; Joana Mortágua;
João Vasconcelos; José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro;
Luís Monteiro; Maria Manuel Rola; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Catarina Martins